

Des. social - ES /
indicadores sociais

AJ 01983

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

OPINIÃO 17

TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2012 A GAZETA

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoes@ufes.br

Na Federação, o Espírito Santo cresce, o governo tem um Tesouro rico, mas os serviços públicos sociais estão aquém do desenvolvimento desejável

Menos com mais

Em comparação com outros Estados, o Espírito Santo obtém menos resultados das políticas públicas sociais com mais dinheiro na caixa do governo estadual. Há uma disparidade entre as primeiras posições do Estado nas classificações das finanças da Federação, baseadas em indicadores por habitante, e as últimas em segurança, e, do meio para baixo, em educação, saúde e renda média.

Além de este contraste ser mais um desafio para o posicionamento político capixaba no debate do pacto federativo, ele é um dos traços de um modelo invertido que vigora há décadas no ES. Vejamos três exemplos.

1. A receita líquida do governo estadual e das prefeituras do Espírito Santo, em 2010, foi a quarta maior dos Estados: R\$ 5.252,82. Já nos homicídios, a taxa é a 26ª menor. Alagoas, em último lugar, tem a receita líquida equivalente 42% menor que a do ES. Por outro lado, Santa Catarina, que não só tem uma taxa de homicídios quase seis vezes inferior à dos ES, como também está mais bem-posicionada em todos os outros indicadores sociais, conta com uma receita líquida comparativa 24% inferior.

2. O Tribunal de Contas do Espírito Santo, na análise da prestação de contas de 2010, considera que o "ICMS per capita, juntamente com outras variáveis, é um indicador que auxilia no grau de desenvolvimento econômico dos Estados". Na tabela apresentada, o ES tem o primeiro ICMS per capita nacional: R\$ 1.918,6. Evidenciando a dissonância finanças x serviços públicos, o Estado, na nota média do Enem 2011 da rede governamental estadual, ficou em 12º lugar. Por que o Tribunal de Contas do Estado, assim como faz o Tribunal de Contas da União, não avalia esta dissonância como parte das contas?

3. O "impostômetro" registrava ontem (às 13h55) uma arrecadação de tributos estaduais por habitante de R\$ 2,23 mil – a quinta maior do país. Ao mesmo tempo, o ES tem o sexto menor número de leitos do SUS por habitante: 1,68. Algo está doente.

Em síntese: na Federação, o ES cresce, o governo tem um Tesouro rico, mas os serviços públicos sociais estão aquém do desenvolvimento desejável da "gente", incluindo a segurança da vida. Como explicar, então, este desalinhamento no ES entre o crescer e o desenvolver? Prioridade desbalanceada das obras de infraestrutura, especialmente estradas? Gestão atrasada das políticas sociais? Projetos errados? A combinação das três coisas? Ou o que mais? Neste contexto, não dá para continuar chorando "perdas" – sem reposicionar, lá e cá, o modelo ultrapassado.